

CRIANÇA PEQUENA E DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL

Fúlvia Rosemberg*

O uso estratégico da infância em processos de dominação social tem sido uma constante nas relações entre o norte “civilizado” e o sul “selvagem”. Talvez o registro histórico mais antigo que se tenha, no caso brasileiro, seja a carta do jesuíta Manuel de Nóbrega a Dom João III rei de Portugal, em 1551.

Vendo os padres que a gente crescida estava tão arraigada em seus pecados, tão obstinada no mal, tão cevada em comer carne humano, que a isto chamavam verdadeiro manjar e vendo quão pouco se podia fazer com eles por estarem todos cheios de mulheres, encarniçados em guerra e entregues a seus vícios, que é uma das coisas que mais perturba a razão e tira de seu sentido, resolveram ensinar a seus filhos as coisas de sua salvação para que depois eles ensinassem a seus pais, e assim indo pelas aldeias os juntavam para lhes ensinar a doutrina cristã... (apud Chambouleyron, 2004, p. 59).¹

Inicia-se, pois, no século XVI, uma ininterrupta narrativa do norte sobre os habitantes do sul – seus adultos e crianças – interpretando, via de regra, a especificidade do sul como pecado, vício, patologia, anomia, subdesenvolvimento, incompetência, especificidades que devem ser substituídas pelas lições e conselhos do norte para que os nativos atinjam a civilização.

De lá para cá, piratas, colonizadores, bandidos, viajantes, diplomatas, rainhas e príncipes, governantes, acadêmicos, cientistas, artistas, políticos, militantes de organizações internacionais e humanitárias, brasilianistas, assessores de organizações não governamentais e multilaterais interpretam o Brasil e sua infância a partir de seus próprios parâmetros, interesses, língua e fontes. Não raro, como o jesuíta, propõem ou impõem soluções. Tais soluções, por vezes, são incorporadas pelo próprio sul, que se narra segundo a ótica do norte.

Este artigo se propõe a descrever e discutir como a desigualdade social e econômica atinge as crianças pequenas brasileiras (até 6 anos de idade) dando ênfase às políticas sociais que vêm sendo definidas, também, no contexto das relações norte-sul.

1. Breve estado da arte

* Professora do Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social da PUC-SP e Pesquisadora do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas onde coordena, no Brasil, o Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação Ford.

¹ Pesquisas recentes (Ferreira Júnior e Bittar, 2002) têm mostrado que crianças negras, filhas de escravos, também freqüentaram escolas jesuíticas das fazendas da Companhia de Jesus que usavam trabalho servil.

A elaboração do texto baseou-se na análise de dados macro e de bibliografia disponíveis. O Brasil dispõe de um órgão público responsável pelas estatísticas nacionais (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE) que realiza censos demográficos desde 1872 e pesquisas nacionais por amostra de domicílios (PNADs) anuais desde 1976. No geral, as informações estatísticas são de boa qualidade e fidedignas. Pesquisadores, ativistas e técnicos da administração pública usuários dessas informações efetuam avaliações críticas sobre sua qualidade e, regularmente, são consultados pelo IBGE para seu aprimoramento.

A bibliografia brasileira sobre crianças pequenas é relativamente pobre. Com exceção da publicação **Primeira Infância** (IBGE, 2000), não dispomos de textos atuais que tratem das múltiplas esferas da condição de vida das crianças pequenas². Para esse grupo etário, a bibliografia é relativamente abundante no que diz respeito à educação infantil, à mortalidade infantil e à desnutrição.

A produção acadêmica encontra-se dispersa, publicada predominantemente em revistas de educação, psicologia, serviço social, história e saúde pública³. A infância mais tardia e a adolescência têm ocupado mais a atenção de educadores e assistentes sociais, sendo que a sociologia e a antropologia têm evidenciado menor interesse (Nunes, 1999; 2001). Não observamos no Brasil o mesmo impulso dos estudos sobre infância ou da sociologia da infância relatado no hemisfério norte (Rosemberg, 2003; Montandon, 2001; Sirota, 2001; James e Prout, 1990).

A longa tradição progressista das Ciências Humanas e Sociais no Brasil, especialmente a influência do marxismo, talvez seja uma das razões que explique o maior aporte da psicologia européia – Piaget, Wallon, Vigostsky – que anglo saxônica no trato das questões da infância. A influência anglo saxônica se faz sentir mais intensamente na atuação das organizações multilaterais, como o UNICEF e o Banco Mundial (Rosemberg, 2002). Também a longa tradição progressista pode explicar, em parte, o foco privilegiado pelas pesquisas brasileiras: a infância desvalida, pobre, os adolescentes considerados em “situação de risco” (“meninos de rua”, prostituição, gravidez adolescente, etc), temas de visibilidade midiática e de grande apelo internacional. Além dessas razões, deve-se considerar que os segmentos sociais subordinados, por sua própria condição de subordinação, são mais receptivos a pesquisadores que a classe média, que interpõe mais obstáculos para desvelar sua intimidade.

² Duas publicações referentes à década de 1980 merecem destaque: **Infância e Desenvolvimento** (Magalhães e Garcia, 1993) e **Criança pequena e raça** (Rosemberg e Pinto, 1997).

³ A revista acadêmica que mais se aproximaria de uma publicação especializada intitula-se **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento** criada em 1992.

A produção acadêmica, ativista e de órgãos governamentais sobre a infância apresenta o mesmo viés da produção do hemisfério norte sobre o hemisfério sul: o foco é tratar a desigualdade social da ótica dos dominados e não dos dominadores. Assim, o que se problematiza são os pobres, os negros, os indígenas, isto é, os “outros”. Raramente se problematiza o reverso: o que significa ser branco, de origem européia, pertencente às elites econômicas e políticas, dominar idiomas hegemônicos e quais suas estratégias para conquistarem e manterem suas (nossas) posições de dominação.

As políticas públicas para as crianças pequenas são fragmentadas (Campos et al, 1992), estando dispersas entre os órgãos federais, estaduais e municipais de educação, bem-estar social, saúde e de direitos da infância. Dispomos de Conselhos da Criança e do Adolescente (nas três esferas de governo), de uma legislação específica considerada avançada (o Estatuto da Criança e do Adolescente), mas que apresenta as mesmas tensões observadas na Convenção Internacional dos Direitos da Criança (Boyden, 1990 ; Freitas e Rosemberg, 2004): a tensão entre os direitos à proteção e os direitos à autonomia, norteadas mais pelos direitos individuais que pelos coletivos.

Além disso, como em cenário internacional, pouco ou nada tem-se operacionalizado na efetivação da condição de ator social para crianças e bem pequenas (por exemplo, os bebês). Como se traduz, na prática social e política, a condição de ator social para bebês cuja forma de comunicação se utiliza de outros canais que não a linguagem falada e cuja locomoção depende de outras pessoas?

A última Constituição (1988), que ampliou os direitos das mulheres, dos portadores de deficiência, dos idosos, dos negros e dos indígenas, também ampliou os direitos das crianças e dos adolescentes. Por exemplo, criminaliza o racismo, reconhece a negros e indígenas a posse coletiva de territórios ancestrais e reconhece, também, o direito à educação às crianças pequenas em creches e pré-escolas que devem desempenhar a dupla função de educar e cuidar.

Os movimentos sociais não evidenciam, na atualidade, uma focalização na pequena infância, como ocorrera em tempos anteriores. O movimento feminista mobilizou-se, nos anos 1970 e 1980, pela luta por creches para crianças pequenas, filhos de mães trabalhadoras. Atualmente, sua agenda política centra-se especialmente na mulher adulta (combate à violência doméstica, discriminação do aborto etc). A teoria feminista brasileira, assim como a internacional, apresenta uma concepção naturalizada e ahistórica da criança pequena, especialmente do bebê (Rosemberg, 1996b). O movimento negro brasileiro focaliza mais suas atenções para pessoas adultas e para crianças maiores e adolescentes.

Duas organizações se destacam, na atualidade, por dirigirem sua ação especificamente para as crianças pequenas: o Movimento Interforuns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB) e a Pastoral da Criança. O MIEIB é uma organização laica, criada em 1999 e com penetração nacional, tendo por meta o monitoramento das políticas de educação infantil (MIEIB, 2002). A Pastoral da Criança é uma organização vinculada à Igreja Católica, com abrangência nacional, que atua com agentes comunitários voluntários (mulheres) que prestam assistência materno-infantil a populações de baixos rendimentos (Pastoral da Criança, 2002).

O interesse público brasileiro se dirige mais a crianças maiores, adolescentes e jovens. As organizações multilaterais (UNESCO, UNICEF, Banco Mundial, entre outras) priorizaram sempre o ensino fundamental (crianças a partir de 7 anos no Brasil). Tal prioridade parece decorrer de sua maior visibilidade nos espaços públicos e do temor de adultos, brasileiros e estrangeiros, frente a seus comportamentos considerados disruptivos ou perigosos. Guardada, o mais das vezes, em espaços fechados, não tendo visibilidade pública, a criança pequena não é tida como vítima nem constitui ameaça, sentimentos que parecem mobilizar a atenção pública do adulto. É como se no Brasil, questões relacionadas à criança pequena fossem consideradas como sendo da esfera privada, do espaço da casa.

Não interpreto o relativo desinteresse público pelas crianças pequenas como indicador de falta de apreço dos pais por seus filhos, mas ao pequeno poder de negociação política de crianças pequenas e mulheres (Rosemberg, 2000). Se nos afastamos do olhar estereotipado e estigmatizador construído para uso espetacular – como as fotos de Sebastião Salgado, ou as imagens que ilustram os relatórios de organizações multilaterais ou os anúncios do hemisfério norte para coletar fundos (como o “adote uma criança do sul por US\$ 50 por ano”) –, encontramos sinais evidentes de apreço dos pais por seus filhos pequenos.

Notam-se fortes sinais de mudanças na concepção brasileira sobre a criança pequena. A urbanização recente, a penetração de valores individualistas da modernidade, o acesso praticamente universal à televisão, a queda nas taxas de mortalidade infantil e de fecundidade, a expansão intensa da educação infantil nas últimas três décadas são condições sociais que impulsionam essa mudança de concepção (Rosemberg, 1996^a). A criança pequena é demarcada de outras etapas da infância: delimita novos espaços no mercado de trabalho e de consumo. Novas profissões (como a de ADI – auxiliar de desenvolvimento infantil) e novos produtos (brinquedos, livros, cosméticos, TV, roupas) entraram no mercado. Pais reconhecem mudanças na criança e no padrão de criação do filho: a criança pequena é considerada inteligente, esperta, reivindicadora mas dependente do

adulto; temem-se os impactos da modernidade (televisão, violência), procura-se o tom justo na educação, reconhece-se maior participação dos homens na educação dos filhos (Moro e Gomide, 2003).

2. Desigualdade social no Brasil

Os 170 milhões de brasileiros enumerados pelo Censo de 2000 geram um produto interno bruto anual (PIB) per capita de U\$ 2.129,00 (dados de 2000). Em comparação mundial, nosso nível de renda per capita situa-nos no terço superior dos países, o que significa que “77% da população mundial vive em países com renda per capita inferior à do Brasil” (Barros et al., 2000, p.17). Face à intensa concentração de renda mundial, o Brasil situa-se em boa posição frente aos países em desenvolvimento. Portanto, o Brasil não é um país pobre, mas um país com intensa desigualdade na distribuição de renda, o que acarreta um pequeno número de ricos e um grande percentual de pobres. A proporção de pobres no país⁴ tem girado em torno de 30 a 50% nas décadas de 1980 e 1990, atingindo 57,1 milhões de pessoas (34%) em 2002.

Tabela 1
Evolução da pobreza no Brasil

Ano	Percentual de pobres	Número de pobres (em milhões)
1982	43	51,9
1985	44	56,9
1992	41	57,3
1995	34	50,2
2002	34	57,1

Fontes: PNADs 1982 a 1995 (apud Barros et al, 2000, p. 15); PNAD 2002 (apud **Folha de S.Paulo**, 27.06.2004, p. B4).

O índice Gini, que avalia a concentração de renda, apresenta valores altíssimos e constantes nas últimas décadas – em torno de 0,60 –, correspondendo a uma das mais altas concentrações de

⁴ O Brasil não dispõe de uma definição legal de linha de pobreza. Adota-se aqui o critério de que pobres são as pessoas que não dispõem do nível mínimo necessário para satisfazer as necessidades básicas. Há uma discussão nacional sobre a fidedignidade da mensuração da desigualdade no Brasil, na medida em que os ricos tenderiam a omitir partes de sua renda (Hoffman, 2000).

renda do mundo. No Brasil, os 20% mais ricos auferem uma renda média 30 vezes maior que os 20% mais pobres (Barros et al, 2000, p. 22-23). A incidência da pobreza apreendida em séries históricas mostra declínio importante nos anos 1970, porém, a partir de 1980, uma estagnação ou declínios lentos (Medeiros, 2003, p. 10). Portanto, a desigualdade social no Brasil não é circunstancial mas, ao contrário, é histórica e estrutural. “Os níveis de desigualdade brasileiros não se modificaram expressivamente diante da urbanização, industrialização, democratização, secularização e crescimento do produto agregado da sociedade brasileira” (Medeiros, 2003, p. 16).

As desigualdades sociais brasileira apresentam duas tendências marcantes: os segmentos sociais que auferem menor renda são também os que têm menor acesso aos benefícios das políticas públicas e menor participação política; tais desigualdades são persistentes. Assim, indicadores como esperança de vida ao nascer, acesso, permanência e sucesso na educação, disponibilidade de saneamento básico etc, apresentam, ao mesmo tempo, melhorias nítidas nos últimos anos para o território nacional e manutenção da mesma configuração de desigualdade. Além disso, a participação política (em partidos, sindicatos ou organizações da sociedade civil) apresenta uma forte associação com a renda e a educação da pessoa (Schwartzman, 2004).

Tal situação indica que a elite econômica é também elite política no Brasil. As profissões declaradas pelos deputados federais brasileiros da 52ª legislatura (em 2003) “são justamente as ocupações de maior rendimento (...)” o que permite supor que “a grande maioria dos indivíduos que ocupam postos nas elites políticas, representadas pelos Deputados Federais, pertence às elites econômicas. Se as elites econômicas são também elites políticas e sociais, seu poder não se limita a gerenciar sua própria riqueza de acordo com interesses particulares e de grupo, tal poder estende-se também ao gerenciamento da riqueza de terceiros, inclusive os fundos públicos (Medeiros, 2003, p. 9)”.

A desigualdade social brasileira apresenta forte associação com cor/raça, região fisiográfica de residência e idade do cidadão: as melhores rendas e os maiores benefícios sociais são apropriados pelos segmentos branco, adulto e residente no Sudeste e Sul. A posição das mulheres é mais ambígua e será tratada incidentalmente no texto.

2.1. Desigualdade e raça

Durante o regime escravista, a dominação de africanos negros estendeu-se para além dos escravos, atingindo também pretos livres. Colonizadores ou viajantes trouxeram para cá a visão imperante na Europa sobre a África, os africanos e a mestiçagem.

“Como poucas exceções, todas as jovens negras não têm outra preocupação além da de ser mães. É uma idéia fixa, que toma conta de seu espírito desde que se tornam núbeis, e que realizam assim que têm ocasião. Este fato, que o ardor do sangue africano bastaria, talvez, para explicar, é, sobretudo então, um resultado calculado. Na verdade, a maternidade não as levará, com toda a segurança ao bem estar, às satisfações do amor próprio, ao usufruto da preguiça, à coqueteria e à gulodice? Uma ama de leite é alugada por mais que uma engomadeira, uma cozinheira ou uma mucama (...) Na despedida, algumas até podem derramar lágrima (...) mas o que todas lamentam infinitamente é a vida indolente, o luxo das vestimentas, a abundância de tudo a que é preciso renunciar...” (Charles Expilly, viajante francês ao Brasil, 1862, p. 202-20, apud Leite, 2001, p. 31-32).

A abolição da escravidão foi gradual e regulamentada por legislação específica: em 1850 proibiu-se o tráfico transatlântico de escravos africanos; em 1871 conferiu-se a liberdade aos filhos nascidos de mães escravas e em 1885 aos escravos idosos; finalmente, em 1888 promulgou-se a lei geral de libertação dos escravos.

A sociedade brasileira, ao final do século XIX, apresentava a seguinte configuração: “uma pequena elite branca, os remanescentes de uma economia escravocrata em decadência, e uma multidão de escravos libertos, filhos bastardos, descendentes de índios e brancos empobrecidos, e pobres migrantes trazidos da Europa e do Japão. Viviam sobretudo no campo, muitas vezes em grandes fazendas, mas em grande parte como parceiros, produzindo, se tanto, o suficiente para a sobrevivência; mas também nas cidades como vendedores, artesão, caixeiros, biscateiros, agregados, desempregados e mendigos ocasionais. Muito parecidos com as ‘classes perigosas’ de Marx, mas que, longe de serem os resíduos de uma ordem social e econômica em transição, eram a maioria da população de um país que se formava.” (Schwartzman, 2004, p. 20).

Após a abolição da escravidão, as relações sociais e políticas entre brancos e negros são marcadas por três processos principais destacados a seguir.

- a) O país não adotou legislação de segregação racial (diferentemente dos EUA e da África do Sul), não tendo ocorrido, portanto, definição legal de pertença racial.

- b) O país não desenvolveu política específica de integração dos negros recém libertos à sociedade envolvente, o que fortaleceu as bases do histórico processo de desigualdades sociais entre brancos e negros e que perdura até os dias atuais.
- c) O país incentivou a imigração europeia branca em acordo com a política de Estado (passagem do século XIX para o XX) de branqueamento da população em consonância com as políticas racistas eugenistas desenvolvidas na Europa do século XIX.

Uma figura europeia do século XIX, com destaque na propagação de teorias racistas no Brasil, foi o conde Gobineau (1816-1882), autor do **Essai sur l'inégalité des races humaines**, que aqui esteve como chefe de delegação diplomática francesa. Monogenista, Gobineau introduziu a noção de “degeneração da raça” “entendida como o resultado último da mistura de espécies humanas diferentes”.

Seguem dois trechos de sua produção.

1. *“As duas variedades da nossa espécie, a raça negra e a raça amarela, são o fundo grosseiro, o algodão e a lã, que as famílias secundárias da raça branca amolecem, nele misturando a sua seda, enquanto que o grupo ariano, fazendo circular suas redes mais finas a traves de gerações enobrecidas, aplica na superfície, em um deslumbrante chef-d’oeuvre, seus arabescos de prata e de ouro”* (Gobineau, 1940, tomo II: 539, apud Petrucelli, 2003).

2. *“É preciso confessá-lo: a maior parte do que se conhece como brasileiros se compõe de sangue misturada, mulatos quarterons, caboclos de graus diferentes. São encontrados em todas as posições sociais. O senhor barão de Cotegipe, ministro atual dos assuntos estrangeiros é um mulato; tem no senado homens de esta classe; em uma palavra, quem diz brasileiro, salvo pouquíssimas exceções, diz homem de cor. Sem entrar na apreciação das qualidades físicas ou morais de estas variedades, é impossível desconhecer que não são nem trabalhadores nem fecundos”. (...)*

“Todos os países da América, seja no norte, seja no sul, mostram hoje em dia de uma forma irrefutável que os mulados de diferentes graus não se reproduzem além de um número limitado de gerações. A infecundidade não se encontra sempre nos casamentos. Mas os produtos chegam gradualmente a ser de tal maneira perniciosos, tão poucos viáveis, que desaparecem, seja antes de ter dado à luz descendentes, seja deixando crianças que não podem sobreviver” (Gobineau, 1874: 369, apud Petrucelli, 2003).

“Será preciso menos de 200 anos, em realidade, para ver o fim da posteridade dos companheiros da Costa Cabral (sic) e dos emigrantes que os seguiram”. (...) Gobineau refere-se a Costa Cabral ao invés de Pedro Álvares Cabral, o navegador. (Idem, ibidem).

Para escapar ao destino de país mestiço, menosprezado pela Europa, o Brasil incentivou a imigração européia, concedendo vantagens para que europeus se fixassem em território brasileiro, especialmente nas regiões sul e sudeste. Tal política acarretou o aumento de percentual de brancos (de 44,0% em 1890 para 63,5% e, 1940), o empurramento de populações negras para o Nordeste, região que já apresentava decadência econômica (Hasenbalg, 1979). Hoje, o Nordeste apresenta os maiores percentuais de pobres e de negros (pretos e pardos). Contrariamente, o Sul e o Sudeste, regiões mais ricas, contam com o maior percentual de brancos (Tabela 3).

Tabela 3

Composição racial e distribuição de renda por regiões fisográficas. Brasil 2001.

Regiões	Composição		Nível de renda (em SM)					
	Brancos	Negros pretos + pardos	até 1/2	½ a 1	+ de 1 a 2	+ de 2 a 3	+ de 3 a 5	+ de 5
Norte	27,9	71,8	28,7	29,5	21,2	7,4	5,4	5,0
Nordeste	29,5	70,2	37,0	28,1	17,2	5,5	4,3	4,5
Sudeste	63,5	35,8	12,1	21,8	26,6	12,6	10,5	11,6
Sul	84,0	15,5	11,9	22,1	29,2	13,1	10,4	10,8
Centro-oeste	43,8	55,4	18,1	27,6	24,4	9,5	8,0	9,8
Brasil	53,4	46,0	18,9	24,1	24,5	10,6	8,6	9,6

Fonte: PNAD 2001, apud IBGE (2003).

Este processo histórico, atualizado pelo racismo estrutural e simbólico posteriores, configuram o padrão de relações raciais brasileiras, que apresenta as seguintes características:

- a) um sistema de classificação racial baseado na aparência resultante da apreensão simultânea de traços físicos (cor da pele, traços da face, cabelos), condição socio-econômica e região de residência;
- b) uma grande população preta e mestiça (que não se identifica como branca, mas como parda) – 46% da população – o que faz com que o Brasil seja considerado o segundo país, após a Nigéria, com a maior população negra do mundo (composta por pretos e pardos);

c) a convivência de padrões de relações raciais simultaneamente verticais, produzindo intensa desigualdade de oportunidades e horizontais onde não se observam hostilidades abertas ou ódio racial, podendo acarretar convivência amistosa em determinados espaços sociais sob determinadas circunstância (Telles, 2003).

Esta última particularidade das relações raciais no Brasil (que transparece também na intensa miscigenação), associada ao processo de classificação racial baseado na aparência, acarretou a veiculação, internamente e no exterior, do mito da democracia racial brasileira. Tal mito pressupõe não apenas relações amistosas e cordiais, mas também igualdade de oportunidades. Além disso, atribuem-se apenas ao passado escravista as desigualdades sociais e econômicas entre brancos e negros no Brasil.

O racismo histórico e contemporâneo constitutivo da sociedade brasileira fica evidente quando se calcula o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em separado para a população negra e para a população branca: o de brancos equivale a 0,791 (41ª posição) e o de negros a 0,671 (108ª posição. Apud Paixão, 2003).

O mito da democracia racial vem sendo abalado desde os anos 1950, seja por pesquisadores brancos e negros, seja por ativistas negros especialmente ao final dos anos 1970, que têm se empenhado em apontar a desigualdade racial no acesso a bens materiais e simbólicos, a interpretá-la como expressões do racismo estrutural e ideológico, e a propor políticas que permitam suplantá-la. Foi em 1996 que o governo brasileiro reconheceu, pela primeira vez, que o país é estruturalmente racista tendo assumido sua dívida histórica para com os negros (Telles, 2003).

São as crianças pequenas negras e residentes no Nordeste o segmento social que apresenta o maior percentual de pobres.

3. As crianças de 0 a 6 anos

O Censo Demográfico de 2000 enumerou 23 milhões de crianças de 0 a 6 anos, perfazendo quase 13,6% da população residente no Brasil, percentual que vem diminuindo constantemente em decorrência da diminuição das taxas de fecundidade e natalidade: no período 1990 a 2000, a taxa de natalidade por mil habitantes caiu de 23,05 para 20,04 e a de fecundidade total de 2,7 para 2,2.

3.1. Distribuição de renda

A despeito da diminuição do “peso” relativo das crianças de 0 a 6 anos na população, este segmento populacional é o que vem apresentando o maior percentual de pobres e indigentes (extrema pobreza) associado aos piores indicadores sociais (Rosemberg e Pinto, 1997; Hasenbalg, 2001; Saboia e Saboia, 2001).

A maioria das crianças brasileiras de 0 a 6 anos vive na condição de filho em famílias compostas por casal (71,6%): bem menos freqüentes são as crianças que vivem em famílias extensas (10,3%) ou contando apenas com a presença da mãe (13,5%. Fonte: PPV, apud Hasenbalg, 2001, p. 13). Como para o conjunto da população, a maioria (52%) é branca, residente em zona urbana (76,5%) com predomínio residencial no Nordeste (32,4%) e no Sudeste (38,7%. Fonte: PNAD 99). Portanto, não se encontram particularidades demográficas que expliquem o maior índice de pobreza nas famílias onde vivem crianças de 0 a 6 anos. Tal índice de pobreza explica-se pela hierarquia etária que se traduz em opções de prioridade das políticas econômicas e sociais que, nas sociedades contemporâneas, privilegiam a produção e administração da riqueza em detrimento da produção e preservação da vida (Izquierdo, 1994).

A comparação entre diferentes tipos de família que têm filhos de 0 a 6 anos indica semelhanças entre elas, pois ocupam sempre posição desfavorável quando comparadas a outras famílias que não convivem com crianças pequenas (Saboia e Saboia, 2001)⁵. A persistência de tais indicadores sobre a posição desfavorável de famílias e domicílios em que vivem crianças pequenas “justificaria uma política nacional de apoio a essas famílias (...) Ela indica que programas dirigidos a crianças em idade escolar devem ser precedidos de programas dirigidos a crianças em idade pré-escolar” (Saboia e Saboia, 2001, p. 45). Tal sugestão, porém, não vem sendo acatada pelos governos brasileiros, como discutiremos adiante.

Tabela 6

Proporção de pessoas com renda inferior a ½ salário mínimo, por grupos etários e ano. Brasil*,
1992 a 1999.

⁵ Tal conclusão se baseia no estudo de Saboia e Saboia (2001) com base nos dados da PPV 96/97 que analisou oito tipos de famílias através de dez variáveis pelo método de análise de grupamentos. A única exceção encontrada foi entre famílias chefiadas por homens residentes na região sudeste.

<i>Idades</i>	<i>1992</i>	<i>1993</i>	<i>1995</i>	<i>1996</i>	<i>1997</i>	<i>1998</i>	<i>1999</i>
0 a 6 anos	58,03	54,31	41,27	41,28	41,91	44,37	45,54
7 a 14 anos	53,58	50,03	35,47	36,93	36,63	38,42	40,08
15 a 17 anos	44,71	41,49	26,84	28,25	28,48	29,78	32,06
15 a 24 anos	39,13	36,97	23,28	24,74	25,03	25,87	27,64
maior que 60	22,98	20,40	8,45	10,28	9,87	9,26	9,32
maior que 67 anos	20,51	19,80	7,23	9,29	8,78	7,64	7,80

Fonte: PNADs apud IPEA (2000).

* Exclusive população rural da região Norte.

Hasenbalg (2001, p. 10) destaca dois aspectos quanto à relação entre pobreza e primeira infância: os diferenciais de fecundidade que seriam responsáveis pela concentração desproporcionalmente de crianças pequenas nos estratos inferiores de renda; a oscilação do nível de pobreza da população brasileira em acordo com os fluxos e refluxos da economia nas últimas décadas. Se tais fatores podem explicar, até certo ponto, a maior porcentagem de pobres nesse segmento etário, deve-se considerar, ainda: a juventude das famílias que têm filhos menores e que tendem a estar em início de carreira; o padrão de fecundidade atual que aproxima a idade dos filhos, reduzindo o número de pessoas ocupadas na família; a insuficiência da cobertura em EI e a reduzida jornada escolar que dificultam o trabalho extra-doméstico das mães que têm filhos pequenos. Barros e Carvalho (2003, p. 8) apresentam mais uma explicação: “trata-se do viés intergeracional dos programas compensatórios, como o que aparece na comparação entre a previdência social rural e os programas de transferência de renda para famílias com a presença de crianças, como o programa Bolsa-Escola. Todos esses programas levam à redução da pobreza em todas as faixas etárias, entretanto, a redução é muito mais acentuada entre os idosos do que entre as crianças”, pois o montante dos recursos alocados pela “rede de proteção social” é maior para os idosos do que para as crianças pequenas.

3.2. Condição de vida

A baixa prioridade que a criança pequena recebe nas políticas econômicas e sociais se manifesta em suas condições de vida e morte. Serão apresentados e discutidos, a seguir, alguns indicadores sobre desigualdade na condição de vida das crianças pequenas brasileiras considerados como resultantes não apenas da desigualdade na distribuição de renda, mas também nos benefícios das políticas públicas.

Análise desses indicadores evidencia:

- a) melhoria nas últimas décadas, para o país como um todo e para cada região em particular;
- b) diferenças notáveis e persistentes entre eles conforme a região, área rural ou urbana, segmento racial, nível de renda da família, escolaridade da mãe e chefia de domicílio. De modo geral, os piores indicadores são observados entre crianças negras e indígenas⁶, residentes na região nordeste, em zona rural, provenientes de famílias com níveis de renda inferiores e cujas mães tiveram poucas oportunidades educacionais. Grande parte dos indicadores também apresentam piores condições para crianças residindo em domicílios chefiados por mulheres, mas ocorrem exceções, como por exemplo no acesso ao saneamento básico, onde os indicadores são melhores em domicílios chefiados por mulheres (Rosemberg e Pinto, 1997);
- c) não se nota uma tendência à redução do hiato que separa as crianças com melhores indicadores (provenientes dos níveis superiores de renda e beneficiárias de políticas sociais de habitação, saneamento, educação etc) das crianças que apresentam piores indicadores ou seja, a melhoria dos indicadores não tem contribuído para a redução das desigualdades;
- d) a literatura não atribui o mesmo estatuto conceitual aos indicadores ou o mesmo peso em seus modelos explicativos. Assim, o UNICEF (2004) tende a considerar a educação da mãe uma das causas da mortalidade/desnutrição e Simões (2002) considera-a apenas uma *proxy*, atribuindo à renda familiar e às condições de saneamento básico forte valor explicativo.

Sistematizamos, a seguir, as informações disponíveis sobre quatro desses indicadores: habitação, nutrição, mortalidade e acesso à educação infantil, sendo este indicador aquele sobre o qual dispõe-se de mais informações sistematizadas.

Habitação. As condições materiais dos domicílios em que vivem crianças pequenas de segmentos dominados evidenciam padrões insatisfatórios. Para aproximadamente 1/3 da população: alta

⁶ Os indicadores sobre crianças indígenas nem sempre são disponíveis pois, além de terem ocupado pouca atenção dos indigenistas e da antropologia (Nunes, 1999), sua presença bastante reduzida na população gera dificuldades na interpretação dos dados coletados em pesquisas amostrais.

densidade, ausência de abastecimento adequado de água e de esgoto sanitário e coleta de lixo (Fonte: PPV 96/97, regiões nordeste e sudeste). Tais condições de moradia tendem a afetar mais o cotidiano de crianças pequenas que o dos demais moradores residentes nesses domicílios, na medida em que sua circulação por outros espaços é mais restrita e depende de pessoas maiores.

Em estudo sobre condição de vida de crianças pequenas de acordo com o pertencimento racial, Rosemberg e Pinto (1997) observaram um diferencial racial importante no acesso das crianças das regiões urbanas a condições de saneamento adequadas, mesmo quando controlaram níveis de renda domiciliar e região de residência. Integrando esta observação a outras relacionadas ao acesso a serviços públicos, as autoras propõem como interpretação um padrão brasileiro de segregação racial informal: “para além dos guetos raciais e étnicos conhecidos no Hemisfério Norte e na África do Sul, sugerimos que no Brasil, principalmente urbano, populações negras tenderiam a residir em regiões onde encontrariam brancos de pior nível sócio-econômico, tendo, acesso a equipamentos sociais de pior qualidade”, mas onde teriam maior poder para controlar eventuais expressões de racismo interpessoal (Rosemberg e Pinto, 1997, p. 76).

A intensa desigualdade regional e a penalização das áreas rurais têm provocado contínua migração interna e crescimento das regiões metropolitanas. Assim, a taxa de urbanização brasileira é alta (83,9%) e três regiões metropolitanas abrigam 33,7 milhões de pessoas ou seja, 20% da população brasileira (PNAD 2001): região metropolitana de São Paulo com 18,2 milhões de habitantes, do Rio de Janeiro com 11,0 milhões e Belo Horizonte com 4,7 milhões de habitantes.

“A extensão das periferias urbanas (a partir dos anos 1980 as periferias crescem mais do que os núcleos ou municípios centrais nas metrópoles) tem sua expressão mais concreta na segregação espacial ou ambiental configurando imensas regiões nas quais a pobreza é homoganeamente disseminada (...). A segregação urbana ou ambiental é uma das faces mais importantes da desigualdade social e parte promotora da mesma” (Maricato, 2003, p. 152). A distribuição dos serviços e infra-estrutura urbanos é deficitária nessas regiões periféricas das grandes cidades: o transporte é precário, acrescentando horas suplementares a uma jornada de trabalho longa; ao saneamento deficiente, acrescenta-se drenagem inexistente, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos em época de chuvas e corte de abastecimento de água em época de seca; menor oportunidade de emprego formal, de profissionalização, de acesso à informação; dificuldade de acesso ao lazer, à justiça, aos órgãos administrativos; dificuldade de acesso a serviços de saúde, escola e creche; maior exposição à violência policial e marginal (Maricato, 2003, p. 152).

A inadequação de saneamento básico e sua desigual distribuição tem sido considerada um dos fatores responsáveis pela persistência taxas de desnutrição e mortalidade infantil e na infância.

Mortalidade. Duas expressões diferentes referem-se à mortalidade de crianças pequenas: *mortalidade infantil*, que se refere à morte de crianças antes de completar 1 ano de idade; *mortalidade na infância* que se refere a crianças que morrem antes de completar 5 anos de idade. Ambas as taxas referem-se a mortes em um conjunto de mil habitantes (Tabelas 7 e 8).

Tabela 7
Taxas de mortalidade infantil (menos de 1 ano) e na infância (menos de 5 anos)
por anos e regiões (‰). Brasil 2000.

Regiões	Infantil (menos de 1 ano, por mil)	Na infância (menos de 5 anos, por mil)	Renda familiar per capita	Mortalidade na infância (menos de 5 anos, por mil)
Norte	33,01	41,3	1º quintil	81,6
Nordeste	52,31	66,8	2º quintil	54,0
Sudeste	24,09	29,9	3º quintil	48,2
Sul	20,34	23,9	4º quintil	34,1
Centro-oeste	24,00	28,2	5º quintil	29,8
Brasil	33,55	41,8	Total	57,4

Fonte: Censo demográfico 2000 (apud Simões, 2002 , p. 55 e 62).

As tendências apontadas para os demais indicadores são também aqui reiteradas: crianças pequenas provenientes de famílias que recebem menor renda, negras que residem no Nordeste, cujas mães tiveram poucas oportunidades educacionais têm as menores chances de viverem além dos 5 anos (Simões, 2002). Porém, suas chances de viver seriam maiores se residissem em domicílios com saneamento básico adequado (Tabela 8).

Como reflexo dos baixos índices de investimento no setor durante toda a década de 90, as quedas da mortalidade na infância relacionadas ao saneamento básico foram pouco expressivas entre as crianças residentes em domicílios inadequados, a despeito de progressos evidentes em vacinação e da criação e implantação em 1998 do Programa Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância/AIDPI (Ministério da Saúde, 2003).

“Na média nacional, a queda foi 14% entre os períodos de 1988/1992 e 1995/1998, valor este similar ao observado nas regiões Nordeste e Sudeste do país. Já no Sul e no Centro-oeste, a queda da mortalidade foi mais acentuada (22% e 28% em respectivamente) sendo praticamente o dobro da observada para as outras regiões e Brasil. Do exposto, pode-se inferir que, no Nordeste, mais do que nas demais regiões do país, a redução da mortalidade na infância ainda depende essencialmente de medidas direcionadas à distribuição de renda e o acesso a serviços de saneamento básico” (Simões, 2002, p. 74).

Tabela 8

Taxa de mortalidade na infância por condição de saneamento. Brasil (1995/1999)

Condições de saneamento	Mortalidade na infância (menos de 5 anos) por mil)
Adequado	32,5
Água adequada/Esgoto adequado	53,3
Inadequado	66,5

Fonte: IBGE (apud Simões 2002).

Porém, as últimas reformas macro-econômicas (década de 1990 e 2000), valorizando o Estado mínimo e procurando conter o aumento da dívida pública (interna e externa) e de seus encargos, têm reduzido o investimento em infra-estrutura, inclusive saneamento básico. Além disso, a intensa segregação social observada nas regiões urbanas brasileiras faz com que os estabelecimentos de EI localizados em bairros pobres também careçam de boas condições de saneamento básico, como veremos adiante. Apesar de tais precariedades, tanto o UNICEF (nos anos 1980) e o Banco Mundial (nos anos 1990) estimulam que o Brasil adote atendimento às crianças pequenas em espaços improvisados (como creches domiciliares), visando à redução do investimento público para expandir a cobertura e em nome da “proximidade cultural”. Isto é, estimula-se que a EI ocorra em domicílios tão precários quanto a moradia das crianças, porém, com agravante: ali são cuidadas várias crianças, podendo ultrapassar a dezena.

A mortalidade infantil em região rural de Pernambuco recebeu uma interpretação acadêmica norte-americana premiada. Por ela se percebe que o anátema lançado à pobreza brasileira pode se originar, também, da produção considerada acadêmica, mesmo quando motivada por “boas intenções”. Refiro-me ao livro de Nancy Scheper-Hughes *Death without weeping*, premiada

antropóloga norte-americana que iniciou suas viagens ao Brasil no início da ditadura, integrando a missão de “Voluntários da Paz” (USAID – norte americana). Seu livro trata da negligência de mães rurais pobres Zona da Mata em Pernambuco como sendo um dos intermediários da morte prematura de crianças.

Sua “empatia piedosa” para com os povos da região não foi suficiente para impedir que, outra vez, o norte lançasse ao sul o olhar que lhe interessa. “ O Brasil que entra na antropologia nacional americana não é um Brasil sendo construído pelo seus antropólogos e não reflete suas preocupações sobre como realizar antropologia na periferia. É um Brasil observado por americanos e integrado às visões do primitivismo e da primordialidade, bem como à emotividade endurecida e às personalidades distorcidas dos povos pobres sacudidos pela miséria e violência de um país que ainda não experimentou um desenvolvimento pleno. A antropologia nacional americana reforça a sua pose dominante, e o Brasil, pobre e primitivo, ajuda na construção dessa antropologia “(Scott, 2004, p. 3-4).

No seu afã argumentativo em favor de suas interpretações, Scheper-Hugues não se refere à produção antropológica brasileira sobre a mesma região que mostra uma população interagindo de outra forma com a pobreza e exploração: agência e luta, defesa de direitos através de manifestações políticas, greves e ação sindical. Outros pesquisadores, mesmo norte-americanos, mostram na mesma Zona da Mata pernambucana, mães, pais, familiares e vizinhos na busca de soluções para salvar as crianças, imagens distantes da negligência narrada por Scheper-Hughes. Além disso, como assinalam seus resenhistas, “os dados mostram pesquisa e envolvimento amplos ao mesmo tempo em que a sua manipulação das provas através desses dados acusa uma parcimônia injustificável exatamente nas horas cruciais para a construção do argumento de negligência” (Scott, 2004, p. 13).

A autora não tem nenhum texto publicado em português, o que dificulta debate com a comunidade acadêmica local. Apesar de críticas, argumentos e contra-argumentos, a autora é premiada, seu livro usado como referência sobre a pobreza brasileira por acadêmicos e pela grande mídia. Assim o impacto desse livro vai além da antropologia, escapando aos muros acadêmicos. A negligência materna relatada por Scheper-Hughes sobre região circunscrita passou a ser narrada pela mídia (internet) norte-americana como “mães pobres brasileiras que matam seus filhos”.

1. From Publishers Weekly. In Brazil's shantowns, poverty has transformed the meaning of mother love. The routiness with which young children die, argues University of California anthropologist Scheper-Hughes, causes many women to affect indifference to their offspring,

even to neglect those infants presumed to be doomed or “wanting to die”. Maternal love is delayed and attenuated, with dire consequences for infant survival, according to the author’s two decades of fieldwork.

2. *Why women kill their children (March 25, 2002).*

In Brazil, Nancy Scheper-Hughes studied three generations of women in poor rural areas some of whom participated in killing their children because they felt they were meant to die. They looked for signs in the babies that showed them to be “mere household guests” passing through life. The infant was not seen as a real person but a little creature, not yet fully human. Similar things happened in India and in some parts of Africa during famines and in times of political chaos when the social norms collapsed.

Desnutrição. O governo Luiz Inácio Lula da Silva ganhou notoriedade nacional e internacional ao propor o projeto *Fome Zero* como principal prioridade social de seu governo. O projeto, em fase de reformulação, suscitou polêmica e críticas inclusive entre setores progressistas (Monteiro, 2003, p. 7). De há muito vem se discutindo, no Brasil e no hemisfério norte, a manipulação econômica e midiática da fome (Monteiro, 2003; Brunel, 1990). Sylvie Brunel (1990) qualifica as campanhas internacionais de combate à fome de “escroqueria internacional”. Tal como Brunel (1990), Monteiro (2003) enfatiza que os três conceitos – pobreza, desnutrição e fome – não são idênticos. Sobre crianças pequenas, a informação disponível refere-se a seu estado nutricional, ou desnutrição. Assim, a taxa de desnutrição infantil refere-se à porcentagem de crianças (até 5 anos de idade) com baixa estatura – baixa estatura definida como aquela aquém de dois desvios padrão da altura média esperada para a idade e sexo, de acordo com o padrão internacional de crescimento recomendado pela Organização Mundial da Saúde (WHO, 1995 apud Monteiro, 2003, p. 11).

O Brasil apresenta uma proporção de 10,4% crianças (até 5 anos de idade) como baixa estatura, indicador de desnutrição. Como os demais indicadores, a taxa de desnutrição apresenta variações locais importantes: mais intensa nas regiões rurais que nas urbanas, mais intensa nas regiões norte e nordeste que no Centro-oeste, Sudeste e Sul (tabela 5); mais intensa entre crianças negras do que entre brancas e tendo entre de 2 a 4 anos (Lustosa e Reichenheim, 2000, p. 104-107).

O melhor índice entre as crianças de até 1 ano de idade decorre, muito possivelmente, do aleitamento materno que era mantido até o bebê ter 9,9 meses (mediana) no Brasil urbano de 1999⁷.

Tabela 10
Prevalência (%) de desnutrição na infância. Brasil, 1996.

Região	Área		
	Urbana	Rural	Total
Norte	16,6	-	-
Nordeste	13,0	25,2	17,9
Centro-sul*	4,6	9,9	5,6
Brasil	7,7	18,9	10,4

Fonte: PNDS (apud Monteiro, 2003, p. 11) * Inclui as regiões centro-oeste, sudeste e sul.

Esse indicador também evidencia uma melhora nas últimas três décadas, melhora que não apresenta o mesmo ritmo para todas as regiões e locais de residência. Assim, a partir das taxas de declínio observadas no período 1989-1996, a meta de controlar a desnutrição – isto é, chegar no índice de 2,3% - seria atingida em épocas muito diversas conforme a região considerada: em 2003 na região centro-sul urbana, em 2013 no Nordeste urbano, em 2031 no Norte urbano, no Centro-sul rural em 2035 e apenas em 2065 no Nordeste rural (Monteiro, 2003, p. 13).

As diferenças regionais persistem quando se comparam níveis de desnutrição de crianças provenientes de domicílios com poder aquisitivo semelhante. Em decorrência, pesquisadores consideram que a desnutrição na infância é influenciada por outros fatores além da renda, tais como disponibilidade de serviços públicos de saúde, educação e saneamento (Monteiro, 2003, p. 12).

A política educacional brasileira durante a década de 90 adotou a cartilha do Banco Mundial priorizando, em quase exclusividade, o ensino fundamental, como estratégia de combate à pobreza e progresso econômico do país apostando na teoria do capital humano (Torres, 1996). Com isso, o governo federal negligenciou a educação infantil (crianças de 0 a 6 anos) e concentrou seus recursos no ensino fundamental (Rosemberg, 2003). Como as escolas públicas implementam programas alimentares, foram beneficiadas, via sistema educacional, crianças de 7 a 14 anos, que sofrem menor impacto da desnutrição que as crianças pequenas. Além disso, para alinhar-se a diretrizes da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em sua campanha para erradicação do

⁷ Nas últimas décadas, as mães brasileiras vêm amamentando seus bebês por mais tempo. Entre 1989 e 1999 a mediana da idade de desmame dos bebês aumentou 4,4 meses (Fonte: Ministério da Saúde, apud Brasil, 2004, nota 39).

trabalho infantil (e com isto não sofrer boicote internacional na exportação de seus produto ou controlar o número dos futuros beneficiários da previdência social), o governo federal criou , nos anos 1990, o Programa Bolsa Escola apenas para famílias de baixa renda cujos filhos entre 7 e 14 anos permanecessem na escola e não trabalhassem. Nenhuma “bolsa” foi criada para crianças pequenas até 2001, quando, finalmente, o governo federal criou o Programa Bolsa Alimentação para crianças de 0 a 6 anos, porém sem estratégia acoplada de ampliação de vagas em creches e pré-escolas⁸. Além disso, o valor repassado pelo governo federal ao custeio de alimentação em creches e pré-escolas conveniadas valia, pelo menos, até julho de 2004, a metade do valor do repassado para alimentar as crianças de 7 a 14 anos. Opção política dificilmente compreensível para além da interpretação de discriminação contra crianças pequenas.

Educação infantil. Em 2001, 10,6% das crianças na faixa de 0 a 3 anos e 65,6% na faixa de 4 a 6 anos freqüentavam algum tipo de EI. A oferta de EI no Brasil é majoritariamente pública (63,5% na creche e 75,4% na pré-escola em 2000) sendo que, dentre a oferta privada, a privada com fins lucrativos é responsável por 57,0% de matrículas na creche e 75,3% na pré-escola (Rosemberg, 2002).

Apesar de apresentar um crescimento intenso entre 1970 e 1990 (Rosemberg, 2003), estudos sobre a década de 1990 (Kappel e Kramer, 2002; Rosemberg, 2003) mostraram que a EI foi o nível educacional que menos cresceu na década de 90.

⁸ A primeira versão do PPA (Plano Plurianual) do governo atual, na gestão do ministro Cristovan Buarque, havia proposto a “cesta pré-escola” para mães permanecerem em casa cuidando de seus filhos pequenos. A proposta que recebeu forte oposição de ativistas da EI, não foi mantida (Gomes, 2004).

Tabela 11

Taxa de frequência a EI por faixa etária, cor, quartis de renda em SM e regiões fisiográficas. Brasil*, 1999.

		<i>Branca</i>					<i>Não Branca (Preta+Pardo+Indígena)</i>					<i>Total</i>
		<i>1º</i>	<i>2º</i>	<i>3º</i>	<i>4º</i>	<i>Subtotal</i>	<i>1º</i>	<i>2º</i>	<i>3º</i>	<i>4º</i>	<i>Subtotal</i>	
<i>Norte</i>	De 0 a 3 anos	1,3	3,8	8,5	12,8	6,1	2,6	6,5	6,4	12,5	5,8	5,9
	De 4 a 6 anos	39,6	53,3	55,7	71,1	54,3	39,0	47,8	53,1	70,1	49,2	50,8
	Total - 0 a 6 anos	15,5	25,7	28,9	36,9	26,1	18,2	24,5	28,5	39,6	25,2	25,5
<i>Nordeste</i>	De 0 a 3 anos	6,6	10,4	16,7	24,4	11,1	6,3	9,0	11,7	26,2	8,4	9,3
	De 4 a 6 anos	51,9	64,2	76,4	88,1	63,4	49,8	57,8	66,9	79,4	55,1	57,4
	Total - 0 a 6 anos	24,5	33,3	41,6	52,2	32,6	9,5	31,6	37,0	52,1	29,9	30,7
<i>Sudeste</i>	De 0 a 3 anos	7,0	7,4	7,8	19,6	10,8	5,7	8,5	7,0	13,2	7,7	9,7
	De 4 a 6 anos	43,6	48,9	57,4	75,7	58,4	38,0	47,3	51,1	62,5	47,1	54,0
	Total - 0 a 6 anos	22,9	24,3	28,8	44,9	31,2	20,4	26,4	27,5	36,3	25,9	29,2
<i>Sul</i>	De 0 a 3 anos	6,3	5,6	12,2	21,9	10,9	3,5	10,6	12,5	24,4	8,8	10,5
	De 4 a 6 anos	31,4	35,0	45,7	62,3	43,0	28,5	32,2	35,8	43,8	32,4	41,1
	Total - 0 a 6 anos	16,9	18,5	27,0	40,3	25,0	14,7	20,9	24,7	34,4	20,1	24,2
<i>Centro Oeste</i>	De 0 a 3 anos	3,3	5,4	6,5	14,2	7,3	6,0	3,7	6,1	10,9	5,8	6,6
	De 4 a 6 anos	31,8	38,2	46,0	69,1	46,3	31,2	35,7	45,9	56,5	38,7	42,5
	Total - 0 a 6 anos	15,4	19,6	23,5	38,4	24,2	17,0	18,6	22,7	33,6	20,6	22,4
<i>Brasil</i>	De 0 a 3 anos	6,2	7,2	9,8	20,0	10,4	5,8	8,2	8,6	16,6	7,8	9,2
	De 4 a 6 anos	42,7	47,2	55,4	73,4	54,5	44,5	49,7	54,4	66,4	49,5	52,1
	Total - 0 a 6 anos	21,4	24,1	29,4	43,9	29,3	23,3	27,3	29,8	40,4	27,0	28,2
	Total	4,0	4,1	3,8	4,0	4,0	4,9	4,5	3,6	3,5	4,3	4,1

Fonte: microdados PNAD 99

* Exclusive população rural da região Norte.

Aqui, também, notam-se tendências gerais próximas às de outros direitos sociais: têm maior acesso à EI crianças dos melhores estratos de renda e brancas. Porém, em decorrência do processo histórico de expansão da EI no Brasil (Rosemberg, 2003) como estratégia de combate à pobreza, a distribuição das taxas de frequência associando renda domiciliar per capita e cor/raça no território nacional nem sempre apresenta uma configuração cumulativa, no sentido de menores taxas para os mais pobres e não-brancos: residentes negros de domicílios situados nos quartis inferiores de renda podem apresentar taxa de frequência ligeiramente superior à do grupo de crianças brancas. A mesma política de expansão da EI para regiões consideradas “politicamente perigosas” (os “bolsões de pobreza” do Nordeste) durante os últimos anos da ditadura militar (1978-1985), acarretou um padrão específico para as taxas de frequência: é a região nordeste a que apresenta melhores taxas. Ora, melhores taxas de frequência da EI no Brasil podem estar associadas a piores indicadores de qualidade na oferta (Rosemberg, 1999). Assim, a região nordeste apresenta, ao mesmo tempo, alta cobertura e piores indicadores de qualidade: é a que apresenta maior índice de professoras leigas, que recebem piores salários e que trabalham em estabelecimentos apresentando piores condições materiais, inclusive saneamento básico.

Uma descrição contemporânea de creches comunitárias de Fortaleza (Ceará), emprestada ao estudo de Sílvia Helena V. Cruz (2004, p. 133-134) tingiu de cor local os números transcritos na tabela 12. “As creches são equipadas muito precariamente. Não oferecem brinquedos adequados às várias idades, conservados ou em número suficiente. Dificilmente há tanques de areia ou brinquedos ao ar livre e quando isso acontece apresentam problemas de limpeza, conservação e segurança. O material pedagógico disponível resume-se a papéias, alguns lápis de cor ou giz de cera, cola. Em apenas uma creche havia livros de literatura infantil (e não foi observada nenhuma utilização deles). Mesmo o mobiliário básico como mesas e cadeiras é insuficiente na maioria das crechas. Há muitos problemas de segurança e de salubridade nos arredores da maioria das crechas, onde são comuns aveniadas movimentadas, depósitos de lixo e esgotos a céu aberto.

Quanto às instalações, o aspecto que mais tem recebido atenção é a limpeza. Nos espaços internos, em geral pequenos, o calor e a pouca luminosidade (decorrentes do uso de cobogós substituindo janelas) são uma constante e contribuem para que a permanência nestes ambientes não seja agradável. Apesar disso, a utilização dos espaços externos é rara e irregular.

A quase totalidade desses equipamentos funciona em período integral. A rotina é marcada por atividades que privilegiam a alimentação, a higiene e o repouso das crianças. As esperas são longas e também longos os períodos em que as crianças permanecem ociosas. As atividades

pedagógicas limitam-se às chamadas “tarefinhas”, atividades mimeografadas ou feitas à mão pela professora (o que aumenta o tempo de espera das crianças). Observa-se uma forte tendência a associar o trabalho pedagógico à antecipação de escolaridade.” (Cruz, 2004, p. 133-134).

Tabela 12

Número de estabelecimentos de pré-escola por características físicas da escola e regiões fisiográficas. Brasil, 1997.

	Total de Estabelecimentos	Estabelecimentos que não dispõem de							
		Abastecimento de água		Energia elétrica		Parque infantil		Sanitário Adequado	
		Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Norte	6 399	902	14,1	2 348	36,7	5 719	89,4	5 448	85,1
Nordeste	39 154	4 880	12,5	12 730	32,5	34 661	88,5	33 729	86,1
Sudeste	19 754	314	1,6	1 086	5,5	10 350	52,4	10 980	55,6
Sul	11 115	38	0,3	36	0,3	5 898	53,1	6 735	60,8
Centro-Oeste	4 539	40	0,9	251	5,5	2 738	6,03	2 959	65,2
Brasil	80 961	6 174	7,6	16 451	20,3	59 366	73,3	59 851	73,9

Fonte: Censo Escolar 1997 (acionado através do sistema Internet, 17/09/98), apud (Rosemberg, 1999a).

Esse modelo de expansão da EI adotado em certas regiões brasileiras provocou o fato de ser a EI pública, dentre todos os níveis de ensino público, aquela que apresenta maior focalização na pobreza “cujos *quasi-Ginis* são próximos a $-0,3$, indicando nitidamente que os mais pobres têm um maior acesso que os mais ricos” (Barros e Foguez, 2001, p. 119). Ora, conhecendo as insuficiências de creches e pré-escolas públicas e comunitárias para crianças pobres, pergunto: essa focalização observada não seria decorrência de processo perverso, decorrente de essas creches e pré-escolas terem sido criadas, exatamente, para pobres e afugentarem, por sua baixa qualidade, famílias de outros níveis de renda? Não estaria ocorrendo processo de segregação social? Sem demagogia, a focalização não decorre de serem “programas pobres para pobres”? Com efeito, Oliveira (1991) observou nas creches públicas e conveniadas da cidade de São Paulo, destinadas a atender crianças de famílias com baixos níveis de renda, uma forte segregação racial.

As crianças de 0 a 3 anos são as que têm menor acesso à EI. Ora, é exatamente na faixa de idade entre 2 e 4 anos que, como vimos, as crianças apresentam os maiores e mais persistentes índices de desnutrição. Porém, o governo federal repassava às creches como auxílio alimentação a metade do valor (já reduzido) que repassava às escolas de ensino fundamental. A despeito de ser o grupo de crianças de até 3 anos o que tem menor possibilidade de freqüentar uma creche, e o de

crianças tendo até 4 anos o que apresenta maior índice de desnutrição, o último relatório do UNICEF sobre a infância e adolescência brasileira estigmatiza a creche como opção de cuidado e educação para as crianças de até 3 anos de idade. Com efeito, no relatório intitulado **Diversidade e Equidade no Brasil** (UNICEF, 2004, p.52) encontra-se a seguinte passagem, obra prima de diplomacia.

Creches: o UNICEF considera importante que as crianças tenham um bom começo de vida e, por isso, defende que até os 3 anos de idade elas possam usufruir a convivência familiar e os cuidados dos pais.

Neste documento, análise dos dados da primeira infância não inclui indicadores educacionais para a faixa etária de 0 a 3 anos de idade, já que, apesar de ser reconhecida pelo UNICEF como um direito, a creche não é única possibilidade de educação nessa fase da vida. É fundamental que se valorize, também, a atenção oferecida pelos pais ou adultos responsáveis por zelar pelo desenvolvimento das crianças até 3 anos de idade.

E as estatísticas e análises sobre EI no relatório de 2004 não incluíram as crianças de 0 a 3 anos, que, para o UNICEF, deixaram de existir, enquanto cidadãos plenos.⁹

A desvalorização da EI acarreta o mais baixo custo médio anual (público e privado) por aluno do sistema educacional brasileiro: de acordo com a OCDE (2000), o custo médio brasileiro em EI era de US\$ 820,00 (28ª posição), sendo que o do ensino superior era de US\$ 10.000,00 (10ª posição).

Em resumo, a expansão da EI vem sendo custeada principalmente, pelas famílias e pelas educadoras (graças a seu baixo salário) com conseqüências sobre a qualidade da oferta. Em decorrência, a EI brasileira vem sendo custeada pela própria criança pequena. E as organizações multilaterais (UNESCO, UNICEF e Banco Mundial entre outras) continuam difundindo a idéia que a EI brasileira pode e deve reduzir ainda mais seu custo.

O tema da qualidade de oferta da EI entra na pauta só em meados dos anos 1990. Até então, sua vinculação a órgãos da assistência, a concepção dominante de que se tratava de programas de emergência para combater a pobreza e a propagação via UNESCO, UNICEF e BM de modelos a baixo investimento público fizeram com que se privilegiasse a expansão com qualquer qualidade. Isto acarretou um padrão de funcionamento, em média, com baixa qualidade: educadoras sem formação profissional, brinquedos, livros e espaços externos e internos insuficientes e inadequados.

⁹ O relatório foi elaborado em convênio com o IBGE, que coleta dados sobre a EI na faixa etária de 0 a 4 anos apenas desde 1995 e por pressão do movimento social.

Formas de produção e sustentação de desigualdades sociais produzidas, também, pela desigualdade na distribuição de renda. O esforço contemporâneo de ativistas da EI tem sido, portanto, definir o mínimo nacional aceitável para que creches e pré-escolas respeitem as crianças.

5. Superando a desigualdade

Como superar tal desigualdade na distribuição de renda e dos benefícios de políticas públicas que atingem intensamente as crianças pequenas quando o modelo neoliberal impera e a utopia da revolução mundial quase não tem mais adeptos? As respostas das organizações multilaterais e de economistas e administradores brasileiros (Pais de Barros et al, 2000; Farias, 2000; Medeiros, 2003) referem-se a três ordens de fatores: aumento da massa de riqueza do país; diminuição da população; alteração na distribuição dos benefícios sociais via políticas públicas.

O crescimento econômico. O crescimento econômico é considerado uma das vias para reduzir a desigualdade e combater a pobreza. “Um crescimento de 3% ao ano de renda per capita, por exemplo, tende a reduzir a pobreza em um valor aproximado de um ponto percentual a cada dois anos” (Barros et al, 2000, p. 27). Isto é, seriam necessários 25 anos para reduzir o nível de pobreza abaixo de 15%, mantidas constantes (o que é pouco provável) as demais condições. Porém, a economia brasileira não vem crescendo a esse ritmo: entre 1995 e 2004, a média acumulada brasileira é de 2,2%, a média mundial é de 3,7% e a do mercado dos países emergentes de 4,9%. As últimas reformas macro-econômicas reduziram a inflação mas promoveram desequilíbrios: a opção por conter o aumento da dívida pública limita os investimentos em infra-estrutura. O pagamento da dívida pública (interna e externa) e de seus encargos impôs, não somente um grande aumento da carga tributária, mas também sua canalização para tal finalidade. Entre 1995 e 2001, a arrecadação com as contribuições sociais aumentou 33% (como proporção do PIB) sendo que os gastos sociais do governo aumentaram apenas 13%.

Considerada por alguns como a “morfina imprescindível”, a dívida externa brasileira, sua negociação com os credores e os acordos com o FMI (Fundo Monetário Internacional) para empréstimos visando compensar déficits é um produtor de desigualdades: “De 1994 a 1998 o País remeteu ao exterior R\$ 128 bilhões para o pagamento do serviço da dívida e, em 1999, mais R\$ 67 bilhões. No mesmo ano, o Governo Federal destinou R\$ 12 bilhões para a Educação e R\$ 9 bilhões

para a saúde” (Souza, 2002, p. 1). Atualmente, a dívida externa brasileira atinge o valor de US\$ 120 bilhões.

Apesar de os EUA serem o maior credor do Brasil, a dívida externa brasileira se iniciou durante o período imperial, no século XIX, herdando a dívida de Portugal com a Inglaterra em decorrência do tratado de Aberdeen. A última parcela do pagamento dessa dívida aconteceu em 1957. A dívida externa brasileira aumentou muito durante a ditadura militar (de US\$ 12,5 bilhões para US\$ 46,9 bilhões em 1979) que optou, durante os anos 1970, pelo crescimento acelerado (6,8% de taxa média entre 1974 e 1979) graças ao aporte de empréstimos. A dívida extrapolou limites toleráveis com a recessão mundial de 1981 e o aumento das taxas de juros norte-americanas.

O atual ministro da educação brasileiro (Tarso Genro) vem apoiando iniciativa argentina de negociar com instituições internacionais para destinar gasto da dívida à educação básica (Dianni, 2004, p. 1). Para atingir as metas para EI do Plano Nacional de Educação (que prevê sua expansão e melhoria da qualidade) em 2006 seria necessário um gasto total correspondente a 37,4% do refinanciamento e serviço da dívida externa da União (Gomes, 2004, p. 64). Seria necessário um milagre na atual conjuntura econômica e política que os credores brasileiros se enternecessem com as crianças pequenas.

O controle da natalidade. O controle da natalidade tem sido considerado por adeptos de teorias neomaltusianas como uma das estratégias mais eficazes para a redução da pobreza (Medeiros, 2003). Efetuando uma simulação sobre o impacto da diminuição do número de filhos na pobreza brasileiro, Medeiros (2003, p. 11) conclui: “A pobreza no Brasil não pode ser associada a um número elevado de filhos nas famílias. Se nenhuma família brasileira tivesse mais de quatro filhos com até cinco anos de idade, a proporção de pobres seria a mesma, 33%. Se o controle fosse mais radical e não houvesse no Brasil um filho sequer de até cinco anos de idade, o número de pobres (e da população como um todo) diminuiria, mas sua proporção cairia apenas um ponto percentual”.

A despeito disso, o Banco Mundial continua atribuindo ao padrão reprodutivo peso importante na produção da pobreza brasileira: “*os três fatores mais associados às prováveis causas da pobreza são: localização numa área pobre, baixa escolaridade e família numerosa*” (Banco Mundial, 2001, p. 8).

A explicação da pobreza por causas sob responsabilidade da própria pobreza, entre elas o padrão de reprodução, filiando-se à corrente culturalista, apresenta forte contaminação moralista, estigmatizando os pobres e a pobreza. A metáfora do “círculo vicioso” de reprodução da pobreza e

do “círculo virtuoso” para seu combate pode ser interpretada como uma forma de operação da ideologia. Para ilustrar o “círculo vicioso” da pobreza no Brasil, o item 4.5. do Country Assistance Strategy de 1995 de autoria do Banco Mundial (1995) transcreve a história da mãe de Pedro e de sua família (Crianças: escola ou trabalho?) que reúne “certezas” (estereótipos) sobre pobreza, educação e trabalho de crianças:

- *a mãe de Pedro é analfabeta de origem rural, portanto, a pobreza é associada a migração rural-urbana;*
- *a mãe de Pedro vem de uma família de 13 filhos e teve, ela mesma, dez filhos (família numerosa seria responsável pelo ciclo da pobreza);*
- *a mãe vive com o padrasto de Pedro, que ganha dois salários mínimos (a pobreza se reproduziria através da família “desorganizada”);*
- *nenhum dos filhos da mãe de Pedro frequenta a escola porque não têm como pagar material escolar;*
- *é a mãe de Pedro que decide aquele que deve deixar a escola: “Eu disse a eles: vocês têm que procurar algum tipo de trabalho para poder comprar todo esse material” (p. 66);*
- *os filhos da mãe de Pedro trabalham, os meninos ficam na rua (Banco Mundial, 1995, p. 66).*

A fábula é apresentada como “*estudo recente realizado por um instituto latino-americano com o apoio do UNICEF*” (p. 66, item 4.5., apud Rosemberg e Freitas, 2002, p. 101-102).

Tal estigma foi agudamente percebido por Sharon Stephens (1992, p. 12) durante o Fórum Global da ECO-92 realizado no Rio de Janeiro, quando se refere às imagens de crianças veiculadas pelos discursos ambientalistas. A primeira é uma imagem de crianças inocentes em ambientes bonitos, isto é, a imagem da qualidade de vida que demarcamos para ‘nós todos’ quando nos engajamos em ações ambientais. Estas crianças são habitualmente brancas. A segunda imagem é de massas de crianças famintas, que preenchem o quadro fotográfico e que destroem o ambiente. Tanto quanto fui capaz de observar, estas crianças são negras, embora muitas crianças do Terceiro Mundo sejam asiáticas, e, naturalmente, muitas crianças pobres no mundo sejam brancas.

Existe um componente inegavelmente racista para ilustrar o ‘superpovoamento’ – esse excesso de população que necessita ser reduzido para que ‘nossas crianças’ tenham a qualidade de vida representada no primeiro conjunto de imagem” (Stephens, 1992, p. 12).

Neste parágrafo, Sharon Stephens resume as ênfases que orientam discursos, análises e propostas emitidos por organismos internacionais, intergovernamentais e, também, nacionais sobre

infância e adolescência pobres no Terceiro Mundo em geral, e no Brasil em particular, e que redundam em processos de estigmatização. Estas ênfases, que são ideológicas, giram em torno de dois eixos principais:

- a) o subdesenvolvimento é homogeneamente idêntico através dos continentes e dentro de um mesmo continente: a América Latina é homogênea, e seus pobres são iguais;
- b) nesse contexto de pobreza, as famílias pobres praticam excessos que colocam em risco sua prole. Nas famílias pobres, as mulheres são vistas, antes de tudo, como reprodutoras descontroladas, que causam a perpetuação da pobreza e colocam em risco a ecologia global.

O imaginário que informa essas imagens de pobreza, de família pobre, além de estigmatizante, redundante, muitas vezes, em propostas de políticas públicas excludentes, reforçando processos de dominação social.

As políticas públicas. “Na América Latina, o processo de implantação, desenvolvimento, auge e eventual crise de sistemas de proteção social tem sido rico, variado e tumultuado. O Brasil participou com certo pioneirismo desses processos, criando na periferia do mundo capitalista talvez um dos maiores, mais complexos, embora perverso, sistema de proteção social de tipo estatal – corporativo com influências democrata-cristãs”. Iniciado nos anos 1920, o processo ganhou impulso durante a era Vargas (1930-1940), a ditadura militar e se consagrou na Constituição de 1988” (Faria, 2000, p. 37).

Durante os anos 1940, o Estado brasileiro criou, pela primeira vez, órgãos específicos para a proteção à infância, fortemente inspirados em experiências européias. Trata-se do Departamento Nacional da Criança (criado em 1940, ligado ao então Ministério da Educação e Saúde) e da Legião Brasileira de Assistência (criada em 1942). O Departamento Nacional da Criança (DNCR) “centralizou, durante 30 anos, a política de assistência à mãe e à criança no Brasil”, tendo realizado uma multiplicidade de atividades de caráter normativo, educativo e moralizador. Foi DNCR que regulamentou, até o final dos anos 1960, as poucas creches filantrópicas criadas no Brasil. Seu caráter moralizador foi destacado por Vieira (1988, p. 7), na fala de um de seus criadores: “*A causa predominante da elevada mortalidade infantil é por toda parte, na Europa como aqui, a incompetência das mães em matéria de puericultura*” (Oliveira, 1940, apud Vieira, 1988, p. 7), concepção não muito distante daquela divulgada pelo UNICEF em 2004.

“5.1.8. *Iniquidade e pobreza formam um círculo vicioso de auto-reprodução*”

Crianças pobres estão inseridas em ciclos intergeracionais de pobreza e exclusão. Quando esse paradigma não é rompido, elas serão pais e mães de crianças também pobres. Assim, crianças mal nutridas crescem e se tornam mães mal nutridas que acabam dando à luz bebês com baixo peso; pais que carecem de acesso a informações cruciais tornam-se incapazes de alimentar e cuidar de suas crianças de forma saudável; e pais analfabetos têm mais dificuldades de ajudar no processo de aprendizagem de seus filhos. Para se transformar esse círculo negativo em positivo, a redução da iniquidade e da pobreza deve Ter uma atenção maior para com a infância, sem esquecer as demais fases e situações da vida (UNICEF, 2004, p. 47).

Barros e Carvalho (2003), avaliando os desafios para a política social brasileira “combater a pobreza”, apontam “a falta de integração entre os programas sociais atuais, a ausência de coordenação entre os três níveis de governo, uma precária focalização na população mais carente, além das raras avaliações que têm contruído para que as transformações por que passou a política social brasileira não tenham sido suficientes para se alcançar reduções significativas no grau de desigualdades de renda do país”.

Quando analiso as políticas sociais para a criança pequena brasileira verifico que tais deformações estão associadas a duas outras dimensões mais gerais: a política espetáculo e a intromissão de organizações internacionais (das Nações Unidas ou ONGs) na configuração das políticas públicas brasileira para a infância.

Com efeito, após a promulgação do ano internacional da criança (1979), organizações multilaterais, especialmente o UNICEF, passaram a desenvolver campanhas em favor de crianças em situação de “risco”. Iniciou-se um processo de fragmentação da pobreza em subgrupos ou temas como “meninos de rua”, “prostituição infantil”, “gravidez adolescente”, “erradicação do trabalho infantil”. Tais campanhas, sem dúvida humanitárias, focalizaram tais subgrupos como representativos da pobreza subdesenvolvida no geral. Partindo de “estimativas imaginárias (ou “chutes””, chegaram a cifras catastróficas que apelaram por ações governamentais urgentes e focalizadas. Em seus modelos explicativos simplificados, estigmatizaram crianças e famílias.

Em 1981, o então assessor do UNICEF em Nova York sobre questões relacionadas a crianças abandonadas e sem família, Peter Taçon, trouxe a público o que talvez tenha sido a primeira estimativa mundial de “crianças de rua”:

“Talvez não existam crianças mais intensamente exploradas e abusadas em nosso mundo atual do que aquelas que são forçadas a sobreviver nas ruas da cidade – descendência de milagres

econômicos e tragédias humanas. Qualquer estimativa razoável poderia avaliar seu número em torno de cem milhões – e é possível que metade delas vivam na América Latina” (Taçon, 1981, p. 13).

Desse texto, dois componentes merecem destaque: a exorbitância da cifra que permanecerá até quase o final do milênio nessa ordem de grandeza e as determinações econômicas e familiares, estas últimas evidenciadas no texto de Taçon pela alegoria das “crianças de rua” serem descendentes do milagre econômico e da miséria humana.

Os cem milhões estimados por Taçon caem para 70 milhões no “mundo subdesenvolvido” no livro escrito por Maggie Black sobre a história do UNICEF, e a categoria “criança de rua” ganha sofisticação, sendo-lhe atribuída a condição de “situação familiar irregular”, que expande para além da rua o contexto de vida, acentuando a origem familiar de suas dificuldades.

“Indivíduos, organizações voluntárias e departamentos governamentais preocupados estimam que, aproximadamente, 70 milhões de crianças no mundo em desenvolvimento entrariam na ampla definição de ‘situação familiar irregular’ significando que vivem total ou virtualmente sem apoio parental (...) Dentre estas crianças, 40 milhões vivem na América Latina onde a industrialização foi mais intensa que na Ásia e África. Isto significa que um em cada cinco jovens latino-americanos e caribenhos vivem de um modo muito diferente da tradicional dependência de uma família e parentesco.” (Black, 1986, p. 360).¹⁰

Famílias que abandonam seus filhos, homens e mulheres que não distinguem o bem do mal são discursos dominantes e insultosos.

*“Muitas personalidades já relataram o que acontece aos menores abandonados no Brasil. Trinta milhões segundo alguns, 32 a 36 conforme outros. Os rapazes se tornam **naturalmente** delinquentes (roubo, assalto, ataque a idosos etc.) e as meninas são prostitutas com pouca idade”* (Federação Internacional de Juristas Democratas, 1987, p. 106, grifo meu).

Tais questões, por seu apelo midiático, mobilizaram governos nacionais que passaram a canalizar recursos para programas específicos para “meninos de rua”, combate à “prostituição infantil”, “erradicação do trabalho infantil”, etc. O mesmo processo defensivo do século XIX, quando Gobineau amaldiçoara nossa mestiçagem. Isto é, questões de maior visibilidade midiática

¹⁰ Durante os anos 1990 foram realizadas várias pesquisas que estimaram o número de crianças e adolescentes em situação de rua no Brasil. Todas chegaram a cifras muito inferiores às estimativas internacionais midiáticas. Coordenei a pesquisa que efetuou a contagem na Cidade de São Paulo (1993). Encontramos menos de 4000 crianças e adolescentes durante o dia (a grande maioria trabalhando) e menos de 900 durante a noite (Rosemberg, 2000).

passaram a receber recursos proporcionais à visibilidade ao espetáculo, desconectados de uma política geral para a infância.

Os exemplos são inúmeros nas últimas décadas, porém, vou me deter no último relatório já mencionado do UNICEF (2004) e em sua opção por não tratar da creche como alternativa de educação e cuidado da criança até 3 anos de idade (mencionado neste texto). Levinson (1991), analisando dados recentes sobre o Brasil, mostrou que uma das variáveis de maior peso na probabilidade de crianças brasileiras de 7 a 14 anos trabalhar e não estudar é o fato de ter irmão em idade pré-escolar. Para quem acompanha as dinâmicas familiares, a compreensão é simples: se a mãe de uma criança pequena não dispõe de alternativa de cuidado para seu filho, ou deixa de trabalhar e a família aloca a outro membro inativo a responsabilidade de produzir rendimentos ou se mantém trabalhando e outro membro inativo cuida da criança menor. As famílias não vivem como peças separadas, mas como membros interconectados como mostrou a abundante literatura dos anos 1980 sobre estratégias de sobrevivência.

Ora, se elimino do cenário de equipamentos sociais as creches (como quer o UNICEF) para crianças até 3 anos de idade, o que farão as mães que trabalham? E as mães chefe de família que têm criança pequena? Deixar de trabalhar e pedir esmola com a criança no colo? Abandonar a criança? Deixar o bebê com um filho maior? Contratar uma pessoa da vizinhança para cuidar do bebê? Esta é uma alternativa recorrente no Brasil. Quem seria essa pessoa, capaz de cuidar de um bebê com pagamento reduzido enquanto a mãe sai para trabalhar? Com grande probabilidade, uma menina adolescente tão (ou mais) pobre, possivelmente negra. Assim se sustenta a desigualdade: o assessor cria o problema que, para solucioná-lo, necessita de sua competência, salários, viagens, seminários, publicações, etc. Ao mesmo tempo, criam-se campanhas para erradicar o trabalho doméstico executado por meninas brasileiras, pobres e freqüentemente negras. “Seria este modelo civilizador que o norte propõe ao sul?”

Referências bibliográficas.

BALAUGER, J. MESTRES, J. and PENN, H. (nd). *Quality in services for young children: a discussion pape. European Commission on Childcare Network, nd.*

BARROS, Ricardo P. et al. Evolução recente da pobreza e da desigualdade: marcos preliminares para a política social. *Cadernos Adenauer*, nº 1, 2000, p. 11-22.

BARROS, Ricardo P. & Foguel, Miguel N. *Focalização dos gastos públicos sociais em educação e erradicação da pobreza no Brasil*. In: Financiamento da educação no Brasil. *Em Aberto*, nº 74, v. 18, julho, 2001, p. 106-120.

BARROS, Ricardo. P. and CARVALHO, Mirela. *Desafios para a política social brasileira*. Rio de Janeiro, IPEA, texto para discussão, nº 815, 2003.

BOYDEN, Joe. *Childhood and the policy makers a comparative perspective on the globalization of childhood*. In JAMES, Allison and PROUT, Alan (eds). *Constructing and reconstructing childhood*. London, Falmer Press, 1990.

BRASIL, Ministério da Saúde. *Relatório sobre saúde infantil*. Brasília, Ministério da Saúde, 2003.

BRUNEL, Sylvie. *La faim dans le monde*. Paris, Hachette, 1990.

CAMPOS, Maria M.; ROSEMBERG, Fúlvia & FERREIRA, Isabel M. *Creches e Pré-escolas no Brasil*. São Paulo, Cortez, 1992.

CHAGAS, Ana M. R., SILVA, Frederico A. B., CORBUCCI, Paulo Roberto. *Gasto federal com crianças e adolescentes*. Texto para discussão nº 778, Rio de Janeiro, IPEA, 2001.

CHAMBOULEYRON, Rafael. *Jesuítas e as crianças no Brasil Quinhentista*. In: DEZ PRIORE, Mary (org). *História das crianças no Brasil*. São Paulo, Editora Contexto, 2004, p. 55-83.

CRUZ, Silvia H. V. A creche comunitária na visão das professoras e famílias usuárias. In. CRUZ, S.H.V. e PETRALANDA, M. (org) *Linguagem e educação da criança*. Fortaleza, Editora UFC, 2004, p. 127-150.

CUNHA, Estela M. G. de P. da. *Evidências de desigualdades raciais na mortalidade infantil*. BIS, nº 31, ago 2003, p. 12-14.

DIANNI, Claudia. *Tarso Genro discutiu com ministro argentino acordo*. *Folha de São Paulo on line*, 11.06.2004.

FARIA, Vilmar E. *Estabilização e resgate da dívida social*. *Cadernos Adenauer*, nº 1, 2000, p. 23-33.

FERREIRA JR. Amarílio e BITTAR, Marisa. *Educação jesuítica e crianças negras no Brasil colonial*. *Revista brasileira de estudos pedagógicos*, nº 196, set/dez 1999, p. 472-482.

GOMES, Cândido A. *Financiamento e custos da educação infantil*. In: COELHO, Rita de C. & BARRETO, Ângela R. (eds). *Fundamento da Educação infantil*. Brasília, UNESCO, 2004, p. 31-72.

HASENBALG, Carlos. *Condições de socialização na primeira infância*. In IBGE (ed) *Primeira infância*. Rio de Janeiro, IBGE, 2001, p. 9-24.

HOFFMANN, R. *Mensuração da desigualdade e da pobreza no Brasil*. In: HENRIQUES, Ricardo (ed). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro, IPEA, 2000, p. 81-107.

IBGE, *Pesquisa sobre padrões de vida: 1996-1997 Primeira infância*. IBGE, Rio de Janeiro, 2000.

IBGE, *Síntese de indicadores sociais 2002*. Rio de Janeiro, IBGE, 2003.

IBGE, *Censo Demográfico 2001. Resultados Preliminares*. www.IBGE.gov.br.

IBGE, Microdados da PNAD 1999, Rio de Janeiro, IBGE, 1999.

IBGE, *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*, 1982, 1985, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2001 and 2002.

IBGE, Pesquisa sobre padrões de vida, 1996, 1997. *Primeira infância*. IBGE, Rio de Janeiro, 2001.

JAMES, Allison and PROUT, A. (eds). *Constructing and reconstructing childhood: contemporary issues in the sociological study of childhood*. London, The Falmer Press, 1990.

KAPPEL, M. Dolores B., KRAMER, Sônia & CARVALHO, M. Cristina. *Perfil das crianças de 0 a 6 anos que frequentam creches, pré-escolas e escolas: uma análise dos resultados da pesquisa sobre padrões de vida*. Revista brasileira de educação, jan. a abr. 2001, nº 16, p. 35-47.

KRAMER, Sônia & Kappel, M. Dolores B., *Educação da criança de 0 a 6 anos*. In: IBGE (org): Primeira infância, p. 49-88.

LEITE, Miriam Moreira. *A infância no século XIX*. In: Marcos Cezar de Freitas (ed). *História social da infância no Brasil*. São Paulo, Cortez, 2001, p. 25-38.

LEVINSON, Debora. *Children's labour force activity and schooling in Brazil*. Ann Arbor, Michigan, 1991 (tese de doutorado).

LUSTOSA, T.Q.O. and REICHENHEIM, M.E. *Perfil nutricional da primeira infância*. IBGE (ed) *Pesquisa sobre padrão de vida. 1996-1997*. Rio de Janeiro, IBGE, 2001, p. 89-127.

MAGALHÃES, Antônio Rocha e GARCIA, Walter. *Infância e desenvolvimento*. Brasília, IPEA, 1993.

MARICATO, Ermíria. *Alternativas para a crise urbana*. Petrópolis, Vozes, 2003.

MEC/SEF/INEP, *Censo escolar indígena – 1999*. Brasília, 2001. Acionado por internet www.inep.gov.br.

MEDEIROS, Marcelo. *Os ricos e a formulação de políticas de combate à desigualdade e à pobreza no Brasil*. Brasília, Texto para discussão nº 984, IPEA, 2003.

MONTANDON, Cléopâtre. *Sociologia da infância: balanço dos trabalhos em língua inglesa. Cadernos de Pesquisa*, nº 112, março 2001, p. 33-61.

MONTEIRO, Carlos Augusto. *A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil*. Revista de Estudos Avançados, nº 48, maio/ago 2003, p. 7-20.

MORO, Catarina de S. e GOMIDE, Paula I. Cunha. *O conceito de infância na perspectiva de mães usuárias e não usuárias de creche*. Paidéia, vol. 13, nº 26, jul/dez - 2003, p. 171-180.

MOVIMENTO INTER FÓRUMS DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL. *Educação infantil: construindo o presente*. Campo Grande, Editora UFMS, 2002.

NUNES, Ângela. *A sociedade das crianças a'uwê-xavante*. Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 1999.

NUNES, Angela. O lugar da criança nos textos sobre sociedades indígenas brasileira. In Silva, Aracy L., MACEDI, Ana V. L. da Silva e NUNES, Ângela (orgs). *Crianças ind[ígenas]: ensaios antropológicos*. São Paulo, Fapesp/Global/Mari, 2001, p.236-277.

PAIVA, José M. *Educação jesuítica no Brasil colonial*. In: LOPES, Eliane M. Tehal (ed). *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte, Autêntica, 2000, p. 43-60.

OLIVEIRA, Elaine de. *Relações raciais nas creches paulistanas*. São Paulo, PUC-SP, 1994.

PAIXÃO, Marcelo J. P. *Desenvolvimento humano e relações raciais*. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 2003.

PASTORAL DA CRIANÇA (2002): Portal Pastoral da criança: www.pastoraldacrianca.org.br.
Acionado 02/07/2004.

PETRUCELLI, José L. *Gobineau e Coty no Brasil*. Rio de Janeiro, IPEA, 2003.

ROSEMBERG, Fúlvia. *Ambiguities in compensatory policies*. In: CORTINA, Regina & STROMQUIST, Nelly (eds). *Distant Alliances. Promoting education for girls and women*. In: LATIN AMERICA: Routledge Falmer, NY & London, 2000, p. 161-294.

ROSEMBERG, Fúlvia and FREITAS, Rosangela. *Will greater participation of Brazilian children in education reduce their participation in the labor force? International journal of education policy research and practice*. V nº. 2001, p. 249-266.

ROSEMBERG, Fúlvia and PINTO, Regina P. *Saneamento básico e raça*. Revista Brasileira de Crescimento e desenvolvimento humano. Ano V, nº 112, jan/dez – 1995, p. 23-38.

ROSEMBERG, Fúlvia. CONTEMPORARY TRENDS AND AMBIGUITIES IN THE UPBRINGING OF SMALL CHILDREN. In Barretto, E. and ZIBAS, D. (eds). *Brazilian issues on education gender and race*. São Paulo FCC, 1996a, p. 87-110.

ROSEMBERG, Fúlvia. *From discourse to reality: a profile of the lives and an estimate of the number of street children and adolescents in Brazil*. In Rosely Arlin Mickelson (ed). *Children on the streets of Americas*. London and New York, Routledge, 2000, p. 118-135.

ROSEMBERG, Fúlvia and ANDRADE, Leandro F. *Ruthless rhetoric: child and youth prostitution in Brazil*. *Childhood*, v. 6, n. 1, Feb 1999, p. 113-132..

ROSEMBERG, Fúlvia. *Teorias feministas e subordinação de idade*. *Proposições*, vol. 7, nº 3, vov, 1996b, p. 17-23.

ROSEMBERG, Fúlvia. Expansão da educação infantil e processos de exclusão. *Cadernos de Pesquisa*, 1999b, nº 107, Junho, p. 7-40.

ROSEMBERG, Fúlvia. *Quelques points d'un plan de recherche sur la sociologie de l'enfance. Journées francophones de sociologie de l'enfance*, Lisbonne, Octobre, 2003.

ROSEMBERG, Fúlvia and PINTO, Regina P. *Criança pequena e raça. São Paulo*, Textos FCC nº 13, 1997.

ROSEMBERG, Fúlvia. Ambigüites in compensatory policies: a case study from Brazil. In: Cortina, Regina & Stromquist, Nelly (orgs.) *Distant Alliances: promoting education for girls and women in Latin America*. New York and London, Routledge Falmer, 2000, p. 261-294.

ROSEMBERG, Fúlvia. *Panorama da educação infantil brasileira nos anos 1990*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, mimeo, 2003.

SABÓIA, João & Sabóia, Ana L.. *Condições de vida das famílias com crianças até 6 anos*. In: IBGE (ed): *Primeira infância*. Rio de Janeiro, IBGE, 2001, p. 25-48.

SCOTT, Parry. *Antropologias nacionais e articulações internacionais: Brasil e Estados Unidos*. Recife, UFPE, 2004.

SCHWARTZMAN, Simon. *As causas da pobreza*. Rio de Janeiro, FGV, 2004.

SIMÕES, Celso Cardoso. *Perfis de saúde e de mortalidade no Brasil*. Brasília, OPAS, 2002.

SIROTA, Regine. *Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar*. *Cadernos de Pesquisa*, nº 112, março 2001, p. 7-32.

SCHWARCZ, Lilia M. *O espetáculo das raças*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

STEPHENS, Sharon. *And a little child shall lead them: children and images of children at the conference on environment and development*. Trondheim, 1992, Mimeo.

TELLES, Edward. *Racismo à Brasileira*. Rio de Janeiro, Rezume Dumará/Fundação Ford, 2003.

TORRES, Rosa M. *Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial*. In: DE TOMMASI, Livia et al (eds). *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. São Paulo, Cortez, 1996, p. 125-193.

UNICEF. *Relatório sobre infância e adolescência no Brasil: equidade e diversidade*. Brasília, UNICEF, 2004.

VIEIRA, Lívia Maria. *Mal necessário: creches no Departamento Nacional da Criança (1940-1970)*. *Cadernos de Pesquisa*, nº 67, nov – 1988, p. 3-16.

WORLD BANK. *Project information BRPA 6525*. WB, Washington, 1998.

WWW.World Bank.org (15/03/00, 12/04/01, 18/07/01).